

**LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – Revista EDUCAzônia-Educaç3o,  
Sociedade e Meio Ambiente - ISSN 1983-3423 – Ano 1, Vol I, n° 1, pág. 115-128,  
jul-dez, 2008.**

**COOPERAÇ3O INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE: A USAID NO PROGRAMA PILOTO  
PARA PROTEÇ3O DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL**

**Danilo Henrique Divardin\***

**RESUMO:** A criaç3o da USAID, em 1961, procurou implementar programas para conter o avanço do comunismo na Am3rica Latina e em outras regi3es do planeta durante o contexto da Guerra Fria. Com a queda do Muro do Berlim, a degradaç3o do meio ambiente passou a figurar como uma das novas ameaças aos interesses dos EUA. A fim de reverter a imagem de vil3o ambiental, diante da recusa em ratificar o Protocolo de Kyoto, o governo norte-americano optou em destinar recursos ao PPG-7. É prov3vel que as pol3ticas de aux3lio da USAID sejam consideradas estrat3gicas de cooperaç3o internacional para assegurar a presença norte-americana na Am3rica Latina, e mais precisamente no Brasil, tendo em vista o fato de os alem3es j3 estarem, h3 muito tempo, engajados em v3rias parcerias ambientais no pa3s.

**Palavras-chave:** Meio-ambiente. PPG7. USAID.

**INTERNATIONAL COOPERATION AND ENVIRONMENT: USAID AND ITS MAIN  
PROGRAM FOR PROTECTING THE BRAZILIAN RAINFOREST S**

**ABSTRACT:** The creation of the USAID, in 1961, during the context of the cold war, tried to implement programs to contain the advance of communism in Latin America and other parts of the world. With the fall of the Berlin Wall, the environment degradation became a threat to USA interests. In order to reverse the environmental chaotic picture, by considering its refusal to ratify the Kyoto protocol, the American government decided to head the issues to PPG7. We might consider the USAID international cooperation policies as strategic to ensure the American presence in Latin America, more specifically in Brazil, as it is also a known fact that the Germans have been engaged in several environmental partnerships for a long time in this country.

**Keywords:** Environment. PPG7. USAID

**1. Os EUA e a cooperaç3o internacional: consideraç3es iniciais**

Antes de iniciar essa seç3o, conv3m esclarecer o conceito de “cooperaç3o internacional” que, conforme Ribeiro (2007, p. 432), traduz “a atuaç3o conjunta de pa3ses, instituiç3es multilaterais e n3o-governamentais em busca de um objetivo comum”. No plano te3rico, a cooperaç3o internacional envolve dois ou mais atores que se disp3em a transferir conhecimentos e/ou recursos financeiros, em 3reas de

---

\* Mestre em Ci3ncias Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Mar3lia – SP. Bacharel em Direito pelo Centro Universit3rio de Araraquara – UNIARA.

interesse comum, seja em caráter permanente ou transitório. Em relação aos temas, encontram-se formas de cooperação econômica, política, técnica, militar, científica, cultural, comercial e financeira (BRAGA, 1996). A cooperação pode ser estabelecida de forma bilateral (entre dois estados) ou multilateral (entre estados e organismos internacionais). Os atores participantes desse processo, portanto, como explicita GARCIA (2005) são os estados, as organizações internacionais, as agências governamentais, a ONU e suas agências, as fundações, os órgãos de fomento, as ONGs e empresas privadas.

No caso dos Estados Unidos, a cooperação internacional foi utilizada para assegurar os seus ideais, em regiões que oferecem riscos aos interesses estratégicos do país. A criação da USAID atende a esses objetivos, como se expõe a seguir.

O fim da Segunda Guerra Mundial deixou um cenário de muitas dúvidas com relação ao futuro da estratégia norte-americana, no sentido de, de um lado, se saber como ficariam as relações políticas, econômicas e sociais em um cenário arrasado pela guerra e, de outro, como se poderiam ampliar seus interesses no âmbito do sistema internacional. Pecequillo (2003) estabeleceu três fatores que definiram o sistema mundial e dos Estados Unidos após 1945: a Segunda Guerra Mundial terminou com a destruição da Europa (França, Inglaterra e Alemanha) fato que representou a perda de poder político no continente; a guerra beneficiou tanto os Estados Unidos, que acabaram por obter vantagens de ordem política, militar, diplomática, estratégica e econômica, como também a URSS, que despontou, ao lado dos Estados Unidos, como uma potência internacional.

Para Guimarães (2002), no pós Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, devido à sua condição hegemônica<sup>1</sup>, foram capazes de reorganizar o sistema político, econômico e militar internacional e, para isso, se engajaram no projeto de segurança coletiva das Nações Unidas. Os norte-americanos tinham interesses hegemônicos de longo prazo, integrando-se, por conta disso, em projetos que envolviam: a reconstrução da Europa através do Plano Marshall, a Comunidade Econômica Européia

---

<sup>1</sup> Samuel P. Guimarães (2002) entende que os Estados Unidos, no pós Segunda Guerra Mundial, eram um estado hegemônico. Segundo ele, estado hegemônico era aquele que apresentava superioridade econômica, militar e tecnológica em relação aos demais estados e que teria condições de organizar o sistema internacional conforme seus interesses. No entanto, um outro aspecto da hegemonia é que o estado hegemônico pode renunciar as vantagens da sua condição de hegemonia, a curto prazo, em benefício do objetivo maior de garantir interesses a longo prazo.

(CEE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No plano ideológico, os Estados Unidos difundiram suas idéias pelo *slogan American way of life* como sendo a forma ideal de organização política, econômica e social que deveria ser copiada pelas outras nações.

Da fragilidade das potências européias resultaram, como um dos efeitos, os movimentos de descolonização que ocorreram a partir do fim dos impérios coloniais na Ásia e África. Os Estados Unidos eram contrários ao sistema colonial imperialista e favoráveis à autodeterminação dos povos e aos princípios democráticos e liberais. Na verdade, suas reais intenções, ao defenderem o fim dos sistemas coloniais, era eliminar a influência das potências européias e garantir seu poderio nas áreas recém-independentes.

No período da Guerra Fria, essas áreas se transformam em zonas de influência disputadas entre os Estados Unidos e a União Soviética. E o ano de 1947 surge como um marco: é o início da Guerra Fria e da bipolaridade entre os dois países que se reconheciam mutuamente como inimigos. A Guerra Fria é o período de intenso antagonismo não declarado entre as duas superpotências, com vistas à hegemonia mundial; época em que fases de maior ou menor cooperação e estratégias de trocas e barganhas se alternavam. Esse conflito começou durante a presidência de Harry Truman, cuja fase da política externa norte-americana foi marcada pelas disputas por áreas de influência, o Ocidente com os Estados Unidos e o Oriente, com a União Soviética.

O chamado Ponto IV, lançado pelo presidente Truman, destacou-se como uma referência na política de assistência ao desenvolvimento. Os quatro pontos destacavam a importância das seguintes posturas: do apoio à ONU; o fortalecimento das nações livres; o fortalecimento da economia mundial e auxílio técnico norte-americano às regiões subdesenvolvidas. O Ponto IV pode ser definido como “um programa de assistência ao desenvolvimento, com destaque para as áreas de saúde, educação, agricultura e mineração, dirigido a países do Terceiro Mundo, em especial aos produtores de matérias-primas consideradas estratégicas pelos Estados Unidos” (AZEVEDO, 2007).

Os planos de cooperação e reconstrução das áreas afetadas pela guerra fizeram parte da estratégia de frear o avanço da influência soviética em regiões consideradas

vulneráveis. A Doutrina Truman, idealizada com o objetivo de impedir o avanço do comunismo, foi entendida como “[...] a primeira clara formulação da hegemonia política norte-americana, com caráter universalista, nos tempos da guerra fria” (SARAIVA, 2006, p.34).

O Plano Marshall é considerado o braço econômico da Doutrina Truman; entre 1947 e 1951 foi concedido o montante de US\$ 17 bilhões para a reconstrução econômica da Europa Ocidental; a criação da OTAN, em 1949, teve a finalidade de formar um pacto com as nações ocidentais na defesa das liberdades democráticas contra a ameaça soviética (PECEQUILO, 2003; SARAIVA, 2006). O Plano não somente visou ajudar a reconstrução da Europa como também a garantir a sua inserção no sistema capitalista e ainda assegurar os interesses norte-americanos que dependiam de um ambiente internacional estável para o crescimento da sua economia. A cooperação internacional esteve diretamente vinculada aos interesses econômicos norte-americanos.

A administração Kennedy, segundo CASTRO (2002), entendia que era importante aumentar os gastos com a defesa norte-americana e se propunha à realização de assistência externa com duas finalidades: a primeira visava a estimular o crescimento econômico dos países pobres para conter a ameaça comunista e assegurar os interesses norte-americanos no Terceiro Mundo, e a segunda se propunha a promover a democracia e a conquistar novos mercados para a proteção da segurança nacional.

Desse modo, os Estados Unidos reconheceram que, além da assistência militar, era importante também o auxílio econômico aos aliados. A partir daí, a América Latina se tornou prioridade para eles, pois desejavam evitar que os ideais cubanos se alastrassem pelo continente. A América Latina, assim como os demais países do chamado Terceiro Mundo, era preocupada com o desenvolvimento econômico e não com o alinhamento entre os blocos capitalista e socialista.

A criação da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em 1961, na efervescência do conflito bipolar, teve por finalidade fomentar atividades ligadas à promoção da democracia, ao crescimento econômico e social e às reformas na administração pública em direção ao desenvolvimento sustentável, nacional e regional. A agência ganhou visibilidade no Brasil, nos anos 60 e 70, com a Aliança para o Progresso – um programa de ajuda econômica e social, criado para conter os ideais

comunistas que se alastrassem no Brasil e na América Latina; visava ainda a sedimentar os acordos MEC-USAID, com vistas a “modernizar” o sistema de ensino brasileiro por meio de contratos de cooperação técnica e financeira. Tais programas foram duramente criticados por atenderem às necessidades do sistema capitalista internacional e, mais precisamente, aos interesses das grandes corporações norte-americanas, “[...] na medida em que o aparelho educativo produzisse um contingente de mão-de-obra capaz de implementar o novo modelo econômico, implantado a partir de 1964” (ARAPIRACA, 1982).

O fim da Guerra Fria ficou marcado pela queda do Muro de Berlim; Pecequillo (2003) ressalta que a política externa dos Estados Unidos, a partir de 1989, passou por um longo período de transição caracterizado por alternâncias entre mudança e continuidade. No que se refere à mudança, houve um aumento da interdependência e da globalização. No plano da continuidade, os Estados Unidos mantiveram a busca dos mesmos objetivos do pós-1945, ou seja, a manutenção das estruturas que garantissem a ordem política, econômica e de segurança do país. Além disso, a democracia e o livre mercado continuaram como metas da política externa norte-americana.

## 2. A cooperação internacional no pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria apontou um cenário de paz<sup>2</sup> e de cooperação internacional na esteira da onda democratizante dos anos 90. As preocupações estratégico-militares saíram de cena e outras questões passaram a permear o debate político internacional (LINDREN ALVES, 2001; VILLA, 2004). A partir do início dessa década, formou-se uma agenda social, para os temas considerados globais, sob o comando da ONU. Tal período ficou conhecido como a década das conferências<sup>3</sup> porque, como afirma

---

<sup>2</sup> Embora o fim da Guerra Fria tenha apontado para um cenário de paz, projeções demonstravam que a década de 1990 seria marcada pela promoção das revoluções democráticas na Europa oriental e na União Soviética. Além disso, as forças políticas e sociais do mundo deveriam agir em relação ao ressurgimento da intolerância e da violência contra as minorias nacionais e étnicas na Europa, em grande parte, devido às diferenças econômicas na região. “Os anos 90 serão um período de crescentes disparidades econômicas da Europa, o que provavelmente alimentará uma intolerância e violência nascentes e inexoráveis contra as minorias étnicas, religiosas e nacionais” (MROZ apud MAGNOLI, 1996, p.144).

<sup>3</sup> A década das conferências teve início com a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 e encerrou-se com a Habitat II, em junho de 1996, de acordo com Lindren

LINDREN ALVES (2001), além de reivindicar os direitos das minorias, contribuiu para a consolidação dos “novos” temas globais na agenda internacional.

Com o fim do conflito entre as superpotências, os temas sociais, até então considerados irrelevantes, passaram a ocupar lugar de destaque na agenda das relações entre os países, tornando-se globais. A preocupação com a temática social foi observada nas conferências da ONU (Organização das Nações Unidas), que visavam aos interesses, seja dos organismos internacionais, seja dos bancos multilaterais de desenvolvimento e das agências de cooperação bilateral. Nesse momento, segundo RUBARTH (1999), as questões sociais foram incorporadas como estratégia indispensável ao desenvolvimento.

O estado continua sendo o principal ator nas relações internacionais mas, em determinadas questões, divide o espaço decisório com as organizações internacionais ou com os atores não-estatais internacionais, questões estas enquadradas na categoria de baixa política internacional e que englobam: comércio internacional, direitos humanos, meio ambiente, migrações internacionais, questões raciais e outros temas sociais globais. O estado continuaria tendo exclusividade em questões relativas à alta política, que versam sobre estratégias militares e de segurança no sistema internacional (VILLA, 2004).

Rubarth (1999) entende que a conferência Rio-92 inaugurou a temática social da agenda da ONU, apesar do tema básico do encontro não ter levantado problemas sociais e, sim, econômicos. Na verdade, a Rio-92 foi a grande divulgadora do conceito de “desenvolvimento sustentável” que preconizou dimensões não só econômicas, mas também sociais em direção ao desenvolvimento.

No início da década de 90, a noção de governança global foi difundida a partir das atividades da Comissão para a Governança Global cuja proposta era a de formular sugestões para a construção de uma comunidade global<sup>4</sup>. Os trabalhos da comissão

---

Alves (2001). O autor explica que outras conferências, porém não tiveram consenso nos objetivos fixados tampouco as repercussões como a Conferência do Rio, Viena, Cairo, Copenhague, Beijing e Istambul.

<sup>4</sup> É necessário fazer aqui uma distinção entre sociedade e comunidade internacional: a) a comunidade se constitui numa unidade natural e espontânea, enquanto a sociedade se apresenta como uma unidade artificial; b) a comunidade contempla uma forma de ser do indivíduo e a sociedade, ao contrário, representa uma forma de estar; c) a comunidade forma uma integração, enquanto a sociedade é formada pela soma das partes; d) na comunidade regem valores divergentes, primando-se a legislação e a convenção. A pergunta, diante do atual contexto é se estamos ou não diante de uma sociedade internacional num processo de evolução rumo a uma comunidade internacional. Para Celestino del Arenal, “estamos frente a uma sociedade internacional que apresenta traços característicos de comunidade

foram compilados em um livro intitulado *Our Global Neighborhood*, publicado na versão em português: “Nossa Comunidade Global”, em 1996.

A governança global não se confunde com o governo global. O conceito de governança global diz respeito ao exercício da capacidade dos indivíduos ou instituições têm para administrar seus problemas comuns ou globais, como: os direitos humanos, a democracia, a desmilitarização, a satisfação das necessidades básicas e a proteção ambiental, de modo que existem hoje novos atores que podem contribuir para a governabilidade.

A ONU, apesar de politicamente desgastada, ainda é um grande centro para a resolução de problemas globais. A governança envolve a participação de organizações não-governamentais, movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais (SILVA, 2003).

A problemática ambiental na Amazônia requer ações locais que produzam efeitos globais; isso exige a participação das comunidades locais e dos governos (municipal, estadual e federal) empenhados na busca de respostas para a resolução de problemas como o desmatamento e a utilização predatória dos recursos naturais. Nesse sentido, o PPG-7, considerado o maior programa de cooperação internacional para o meio ambiente, é uma iniciativa de governança global entre o governo e a sociedade brasileira em parceria com a comunidade internacional para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica.

Se no Brasil, na década de 60, a USAID esteve voltada às propostas de ajuda econômica e humanitária que apoiavam a democracia, a partir dos anos 90, a agência passou a incluir novos temas<sup>5</sup> de atuação, dentre eles o meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável<sup>6</sup> passou a ser incluído em todos os seus programas.

---

internacional, ainda que esta não se tenha configurado como tal” (ARENAL apud OLIVEIRA, 2002, p.137).

<sup>5</sup> As áreas de atuação da USAID no contexto atual são: saúde, energia, enfrentamento do tráfico de seres humanos, empregabilidade de jovens, apoio a pequenas empresas e redução da pobreza.

<sup>6</sup> O desenvolvimento sustentável é aquele que reúne as necessidades do presente sem comprometer as capacidades de futuras gerações para satisfazer suas próprias necessidades (CMMAD, 1988).

### 3. A USAID no contexto do PPG-7

O PPG7 foi idealizado, na década de 80, em meio a intensas pressões do movimento ambientalista, dos cientistas, da defesa dos direitos humanos internacionais e da conscientização da sociedade, do governo brasileiro e dos países desenvolvidos, sobre o alcance dos problemas relativos ao ambiente, cujas repercussões têm caráter global. A partir de então, essa nova mentalidade revelou-se em todos os atores que compõem o setor ambiental<sup>7</sup>. Nesse sentido, a cooperação internacional representou uma alternativa para a solução conjunta ou compartilhada, entre os atores envolvidos, dos problemas transfronteiriços ou de impacto global (CERQUEIRA, 1994; PARESCHI, 2002).

Além disso, a cooperação internacional, multi ou bilateral pretendia atenuar as disparidades entre os países em desenvolvimento e os demais, industrializados ou desenvolvidos. Os esforços deveriam envolver os governos local e internacional e estes deveriam complementar e apoiar as ações dos primeiros, no sentido de se adequar a exploração dos recursos naturais às necessidades sócio-econômicas.

Embora a Amazônia seja considerada um dos mais relevantes atores no cenário ecológico internacional, o Brasil, segundo DUARTE (2003), foi muito criticado pela comunidade internacional no que diz respeito às queimadas. Além disso, acrescenta ABDALA (2007), o assassinato de Chico Mendes, em 1988, desencadeou uma série de manifestações nos Estados Unidos e países europeus, reivindicando ações contra o desmatamento e a favor dos direitos indígenas e das populações tradicionais das florestas brasileiras.

Nesse sentido, o PPG-7 foi proposto, em 1990, em uma reunião do Grupo dos Sete (G-7)<sup>8</sup> em Houston – que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, é uma

---

<sup>7</sup> De acordo com Ribeiro (1994), o setor ambiental é composto por cinco grandes segmentos de atores diferenciados: agências governamentais, órgãos ou instâncias do Estado brasileiro; as agências multilaterais e bilaterais de financiamento e cooperação, destacando-se o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas; o capital privado, ou seja, o surgimento de um grupo de empresários conscientes da produção responsável e não predatória aos recursos naturais; ONGs nacionais e internacionais e, por fim, as populações locais que participam nos processos desenvolvimentistas, representadas por mediadores e/ou movimentos sociais.

<sup>8</sup> G-7: Grupo dos Sete países mais industrializados integrado pelos Estados Unidos, Canadá, Japão, Reino Unido, França, Alemanha e Itália.

iniciativa do governo e sociedade brasileira em parceria com a comunidade internacional –, foi considerado o maior programa de cooperação multilateral em matéria de meio ambiente. O programa recebe doações dos países integrantes do G-7, da União Européia e dos Países Baixos, além de contrapartidas dos governos federal e estadual e organizações da sociedade civil (MMA, 2006).

A preocupação com a defesa das florestas úmidas cresceu nos Estados Unidos e na Europa, nos anos 80, em virtude dos problemas relacionados à mudança climática; por conta disso, os países envolvidos incorporaram as demandas “verdes” em suas políticas de cooperação internacional (ROS FILHO, 1994).

O Programa se divide em duas fases: a primeira, iniciada em 1995 e durou até 2000, com o objetivo de fomentar a cooperação entre os diversos níveis de governo e da sociedade civil no sentido de se preservarem as florestas tropicais; já a segunda fase começou em 2003 e está programada para se encerrar em 2010. As estratégias previstas nesta fase concentram-se, segundo o MMA (2007), em torno dos seguintes tópicos: unidades de conservação e terras indígenas; produção e atividades econômicas sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; desenvolvimento local e regional e ciência e tecnologia.

Os Estados Unidos, através da USAID, apóiam os componentes de Ciência e Tecnologia, com o intuito de produzir e a disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos relativos à conservação da Amazônia e o programa de prevenção às queimadas e aos incêndios florestais na Amazônia, destinando recursos também para a formação do RFT<sup>9</sup>.

A USAID contribuiu assim nas duas fases do PPG7, priorizando projetos que estivessem relacionados à sociedade civil, com a questão de gênero, ações locais e especificidades regionais. Soma-se a isso, a preferência por áreas geográficas estratégicas como a Amazônia<sup>10</sup>; a agência opta também por tratar, de forma transversal, de várias questões socioeconômicas e políticas em suas atividades. Caso os

---

<sup>9</sup> Ros Filho (1994) descreve que são três os principais recursos e mecanismos do PPG-7: a primeira forma para compor os recursos decorre do fundo central, denominado Fundo Fiduciário para Florestas Tropicais (RFT), instituído pelo Banco Mundial em 1992; a segunda provém de doações, co-financiamento bilateral e cooperação técnica. Por fim, a terceira forma estabelece que o Brasil participe com 10% de contrapartida em relação ao total da contribuição dos outros participantes.

<sup>10</sup> A maior parte dos programas de meio ambiente da USAID, no Brasil, concentra-se na região amazônica, embora desenvolva programas no sul, sudeste e nordeste do país.

projetos apresentados não contemplem essas questões, dificilmente os recursos são disponibilizados. Segundo a USAID (2007), o intuito é apoiar pequenos projetos que possam ter replicabilidade e que permitam dar subsídios para a formulação de políticas públicas, locais, regionais e nacionais.

Tendo em vista que os Estados Unidos consideram o Brasil como parceiro estratégico e que, em vários dos seus documentos, a cooperação entre eles é sempre incentivada, verifica-se que a participação do país no âmbito do PPG-7 foi pequena, com recursos restritos e poucos projetos executados. Pelo fato de os alemães estarem mais envolvidos com as questões ambientais, a participação norte-americana pode ter sido estimulada como uma forma de assegurar sua presença na região.

É evidente que a Alemanha também tem seus interesses específicos quando decide participar de programas de cooperação internacional; o fato é que ela é o país que mais concede doações e tem uma tradição muito forte na cooperação internacional em questões relativas a preservação do meio ambiente. O governo da Alemanha participa com o maior número de projetos de cooperação com o Brasil, não somente no campo ambiental, mas também em áreas como saúde; saneamento básico; qualidade das águas; demarcação de terras indígenas; energias renováveis na agricultura e projetos em regiões no Nordeste (MARTINS, 2000, p. 08).

A Alemanha presta a cooperação financeira e técnica em programas ambientais. A cooperação financeira é de responsabilidade do KfW<sup>11</sup> cuja função consiste em conceder crédito aos países em desenvolvimento para projetos ambientais. Já a cooperação técnica é realizada através da Agência de Cooperação Técnica – GTZ<sup>12</sup> sendo responsável pela transmissão de conhecimentos aos países mais pobres com vistas ao desenvolvimento sustentável.

No caso do PPG7, a Alemanha prestou cooperação técnica e financeira em vários projetos, dentre os quais: Projetos Demonstrativos, Proteção das Terras Indígenas,

---

<sup>11</sup> O KfW foi criado em 1948 como autarquia do governo alemão com sede em Frankfurt. A função inicial do KfW era transferir recursos do Plano Marshall ao setor privado alemão, para financiar a reconstrução da economia do país no imediato pós-guerra. Com o tempo, o KfW acumulou novas atividades, transformando-se em banco de fomento da economia nacional alemã e de apoio aos países em desenvolvimento (PRÓ-ATLÂNTICA - KfW, 2007).

<sup>12</sup> A GTZ é uma empresa pública de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1975. Seu principal comitente é o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). Além do BMZ, a atuação da GTZ se estende a outras áreas do Governo da Alemanha, aos governos de outros países, às empresas de iniciativa privada, à Comissão Européia, às Nações Unidas e ao Banco Mundial (GTZ, 2006).

Manejo Florestal e da Várzea, Descentralização da Política de Recursos Naturais, Análise e Monitoramento e Corredores Ecológicos; além de projetos bilaterais e participando, ainda, do RFT.

#### 4. Considerações Finais

A criação da USAID, em 1961, consolidou uma série de medidas e providências para promover a cooperação internacional aos países em desenvolvimento. Naquela ocasião, os programas da agência tinham a finalidade de combater o avanço do comunismo, promover a democracia e assegurar novos mercados para a proteção da segurança nacional; sendo os dois últimos, objetivos ainda presentes na atual estratégia de ação da agência, no pós-Guerra Fria. Na verdade, todos os seus programas são desenvolvidos para atenderem diretamente aos interesses norte-americanos, não sendo, portanto, realizados por motivos filantrópicos.

Apesar de manterem resquícios do modo de pensar e agir típicos da Guerra Fria, os Estados Unidos entendem que o fim do conflito bipolar implicou no desaparecimento do comunismo, visto como o principal inimigo, e que novas ameaças surgiram no contexto recente<sup>13</sup>. Nesse sentido, a degradação ambiental é uma grave ameaça por comprometer as fontes futuras de abastecimento de matéria-prima e ainda provocar focos de conflito e tensão nas regiões detentoras de recursos naturais, o que seria prejudicial à economia e aos interesses norte-americanos.

No caso da sua atuação no PPG7, a USAID contribuiu de maneira muito modesta se comparada às contribuições da Alemanha; este país, através da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e do Banco de Cooperação Financeira (KfW), respondeu com 45% dos recursos destinados ao PPG-7, participando da maioria dos projetos e subprogramas. Como os alemães estão se destacando na cooperação internacional para o meio ambiente, é provável que os Estados Unidos, através de pequenas doações, estejam procurando garantir a sua presença na região. Além disso, as doações concedidas ao PPG7 podem ser consideradas como estratégias para melhorar a sua imagem frente ao governo brasileiro e à opinião pública internacional,

---

<sup>13</sup> As novas ameaças são: o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado, a pobreza e a degradação ambiental.

diante a recusa do governo norte-americano em não ratificar o Protocolo de Kyoto a fim de combater o aquecimento global.

## 5. Referências

ABDALA. Fabio de Andrade. **Governança global sobre florestas: o caso do Programa Piloto para Proteo das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) – 1992 – 2006**. 250 f. 2007. Tese. (Doutorado em Relaoes Internacionais). Instituto de Relaoes Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder da floresta: ecologia e política internacional na Amazônia**. 180 f. 2000. Dissertao. (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educao brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Editora Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves; PELEGRINI, Thiago. **A Educao nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela “utopia autoritária” (1964-1975)**. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=45>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

BRAGA, Maria do Socorro Vieira. **Cooperao internacional na área de telecomunicaoes: um estudo de caso**. 1996. 127 f. Dissertao (Mestrado em Relaoes Internacionais). Instituto de Ciência Política e Relaoes Internacionais. Universidade de Brasília, 1996.

CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira. **A política de ajuda externa dos Estados Unidos de 1945 a 2001**. 2002. 107 f. Dissertao (Mestrado em Relaoes Internacionais) Instituto de Relaoes Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CERQUEIRA, Cristina F. Montenegro de. **Da interdependência ambiental  cooperao multilateral: um novo paradigma de relaoes internacionais em delineamento**. 1994. 120 f. Dissertao (Mestrado em Relaoes Internacionais). Instituto de Relaoes Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundao Getúlio Vargas, 1988.

DUARTE, Lílian C. B. **Política externa e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite. **Desenvolvimento sustentável e cooperação internacional: financiamentos do PPG-7/PDA para o assentamento Riacho das Ostras**. 2005. 210 f. Dissertação (Doutorado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 4<sup>o</sup> ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: UFRGS / Contraponto, 2002.

LINDREN ALVES, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945-2000**. São Paulo: Moderna, 1996.

MARTINS, Sueli de Oliveira. **Cooperação bilateral para o meio ambiente e desenvolvimento entre Alemanha e países do Mercosul**. 135 f. 2000. Dissertação. (Mestrado em Integração da América Latina). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MMA. **Ministério do Meio Ambiente**. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ppg7>> Acesso em: 06 mar. 2007.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2002.

PARECHI, Ana Carolina Cambeses. **Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais**. 363 f. 2002. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Realismo e utopia: o trabalho de formigas em um mundo de cigarras. Um estudo antropológico do discurso ambientalista**. 196 f. 1997. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 1997.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. As transições norte-americanas: os EUA de unidades e divisões. In: Araújo, Heloísa Vilhena (org.) **O sistema político dos EUA e suas repercussões externas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRO-ATLÂNTICA. Programa Proteção da Floresta Atlântica do Paraná. **KfW Bankengruppe**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/meioambiente/proatlantica/pro-atlantica/0102kfw.html>>. Acesso em: 03 nov. 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Cooperação internacional. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2007.

ROS FILHO, Luiz Carlos. **Políticas públicas e meio ambiente**. Brasília: IEA, 1994.

RUBARTH, Ernesto Otto. **A Diplomacia Brasileira e os Temas Sociais o Caso da Saúde**. Brasília. Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A hegemonia dos Estados Unidos. In: Oliveira, H.A.; LESSA, Antônio Carlos (orgs.) **Política internacional contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Alberto Luiz Teixeira da. **A Amazônia na governança global: o caso do PPG7**. 2003. 196 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

USAID/Brasil. Programa de meio ambiente da USAID/Brasil. **Agência norte-americana para o desenvolvimento internacional**. Disponível em: <<http://www.usaidbrasil.org.br/subarea.php?id=110>>. Acesso em: 11 maio 2007.

VILLA, R. A. D.; CASTRO, Vladimir Aguilar. Políticas e atores não-estatais nas relações internacionais: o caso das organizações ambientais na América Latina. In: CARVALHO, Leonardo Arquimino. **Geopolítica e relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2002.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. **A Antártida no sistema internacional: análise das relações entre atores estatais e não-estatais com base na perspectiva da questão ambiental**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Recebido em 26 de maio de 2008.

Aceito em 8 de agosto de 2008.